

Prazo maior para revisar lei é positivo

Assim avaliam entidades do setor portuário sobre a prorrogação, por 90 dias, da comissão que fará a atualização da Lei dos Portos

BÁRBARA FARIAS

DA REDAÇÃO

Entidades do setor portuário avaliaram de forma positiva a prorrogação, por 90 dias, dos trabalhos da Comissão de Juristas para Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Cepertos), que fará um relatório para atualizar a Lei dos Portos (12.815/2013).

O presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição da Silva, acredita que a prorrogação é importante para uma melhor análise das contribuições enviadas ao colegiado. “Queremos tornar o setor mais flexível, de modo que os investimentos possam ser feitos de acordo com a demanda”.

O diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec), Caio Morel, diz que a prorrogação do prazo é justificável, dada a complexidade e amplitude das propostas. “Ainda não temos retorno da Cepertos sobre nossas propostas, mas a própria extensão do prazo indica uma análise criteriosa por parte da comissão”.

Morel destacou ainda que é “uma excelente oportunidade para o aprimoramento da Lei 12.815/2013 em benefício do contínuo crescimento e desenvolvimento do setor portuário”.

O diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, acha fundamental a prorrogação, para dar mais tempo para análise dos traba-



Comissão tem comitês para discutir desburocratização e simplificação de arrendamentos, descarbonização portuária e questões trabalhistas

lhos. “Até porque o tema predominante no Congresso Nacional, também de grande importância, é a reforma tributária. Com essa prorrogação, vamos ter mais tempo para trabalhar nas nossas propostas e ter mais reuniões com os membros da comissão”.

ATÉ NOVEMBRO

A Cepertos foi criada oficialmente em 23 de dezembro de 2023, com publicação do ato no Diário da Casa de Leis, e prazo definido em 180 dias (sem contar

os períodos de recesso). Terminaria em 8 de agosto. Com a prorrogação feita pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deve ser concluída até novembro, quando precisa ser entregue um anteprojeto.

A comissão foi instituída com o objetivo de revisar e atualizar o arcabouço legal que regula a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias brasileiras. A comissão, formada por 15 juristas, foi subdividida em três

comitês temáticos para discutir desburocratização e simplificação do arrendamento, descarbonização portuária e questões trabalhistas.

Segundo o relator da Cepertos, desembargador Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), o presidente da comissão, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Douglas Alencar Rodrigues, solicitou a prorrogação dos trabalhos “considerando o

número de contribuições enviadas pela sociedade civil. Em especial, pelas entidades profissionais e patronais do setor portuário, para que pudéssemos enfrentar todos os questionamentos apresentados”.

Oliveira explicou que a extensão de prazo foi motivada pela complexidade de todo o trabalho. “Para que possamos apresentar o melhor projeto ao setor portuário brasileiro, com respeito à livre iniciativa e a valorização do trabalho humano”.

O relator esclareceu ain-

AUDIÊNCIAS

Ao todo, a comissão já realizou seis audiências públicas em diferentes locais do País e um encontro no plenário da Câmara. Uma das audiências ocorreu na Associação Comercial de Santos (ACS), no Centro de Santos, no dia 24 de abril. O encontro foi presidido pelo presidente da Cepertos, o ministro do TST, Douglas Alencar. Na ocasião, as entidades do setor portuário formaram uma coalizão e entregaram aos juristas uma proposta conjunta com uma série de sugestões. Em comum, as associações estão propondo a descentralização de competências da Autoridade Portuária de Santos (APS) perante a União; a volta do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) deliberativo; liberdade econômica; alteração da poligonal do Porto de Santos precedida de consulta e audiência pública; e exclusão do anúncio público e manutenção do chamamento público para as empresas privadas, quando o Governo tiver interesse em instalar um Terminal de Uso Privado (TUP).

da que a Cepertos está realizando reuniões internas de cada subcomissão para elaboração de relatório parcial. “Nessas reuniões são discutidos os temas inerentes a cada grupo e elaborada a sugestão ou não de alteração da legislação vigente”.

De acordo com Peel, a comissão realiza uma reunião por mês, sendo que a próxima está agendada para 19 de agosto. “Vamos realizar um grande evento no TST, quando serão ouvidos vários especialistas”.